

Vacinação obrigatória em bovídeos contra a aftosa vai até quinta-feira

A Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA), órgão vinculado à Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SAA), informa: até quinta-feira, 30, deverão ser vacinados contra a febre aftosa os 11 milhões de bovídeos (bovinos e bubalinos) do rebanho paulista. De acordo com o médico veterinário da CDA, Luiz Henrique Barrochelo, devem ser vacinados os animais imunizados em maio, à época com até 24 meses de idade.

Produtor deve adquirir as doses em loja cadastrada no Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal; prazo para o envio da Declaração de Imunização termina no dia 7

A vacina somente pode ser adquirida em casa agropecuária cadastrada no Sistema de Gestão de Defesa Animal e Vegetal (Gedave – <http://gedave.defesaagricultura.sp.gov.br>) da CDA. Comercializada em embalagens com 10 doses e 50 doses, tem preço médio de aplicação por animal de R\$ 1,40. Em cada compra de frascos, a quantidade repassada para o criador fica vinculada no Gedave à sua propriedade. Para não perder a eficácia, o produto nunca pode ser congelado, deven-



do ser mantido entre 2°C e 8°C e transportado em caixa de isopor, com, no mínimo, 66% do seu volume em gelo.

Registro – Não pode ser usada vacina fora da validade nem sobras de campanhas anteriores. No procedimento, deve ser priorizado o horário de temperatura mais amena do dia e, para evitar acidentes, é preciso separar os animais por idade e sexo. Cada dose contém 5ml, quantidade recomendada para cada rês, e o local indicado para aplicação é o terço médio ('tábua') do pescoço. É vedado o uso de produtos químicos, como álcool e cloro, e somente podem ser usadas seringas e agulhas novas e higienizadas, material que deve ser substituído a cada dez animais



Vacina – Local indicado para a aplicação é a 'tábua' do pescoço

vacinados, para evitar infecções. Outro cuidado é manter os frascos resfriados durante o procedimento.

O produtor tem prazo até o dia 7 para encaminhar, pelo próprio Gedave, ou entregar em qualquer unidade da CDA no Estado, a Declaração de Vacinação.

Além desse documento, ele precisa também informar a relação de outras espécies existentes em sua propriedade, como equídeos (equinos, asininos e muare), suídeos (suínos, javalis e javaporco), ovinos, caprinos e aves (granjas de aves domésticas, criatórios de aves-truzes) (*ver serviço*).

A imunização contra a aftosa é obrigatória nos bovídeos, porém proibida em quaisquer outras espécies da propriedade. Deixar de vacinar bois ou búfalos ou de comunicar essa operação sujeita o criador a sanções definidas em Unidade Fiscal do Estado do Estado de São Paulo (Ufesp), valor atual de R\$ 25,07. A não vacinação implica multa de 5 Ufesp (R\$ 125,35) por cabeça; e a não declaração, por sua vez, pode ter multa de 3 Ufesp (R\$ 75,21) por animal.

Calendário invertido – No ano que vem, São Paulo adotará o calendário anual de vacinação definido pelo Programa Nacional de Erradicação e Prevenção

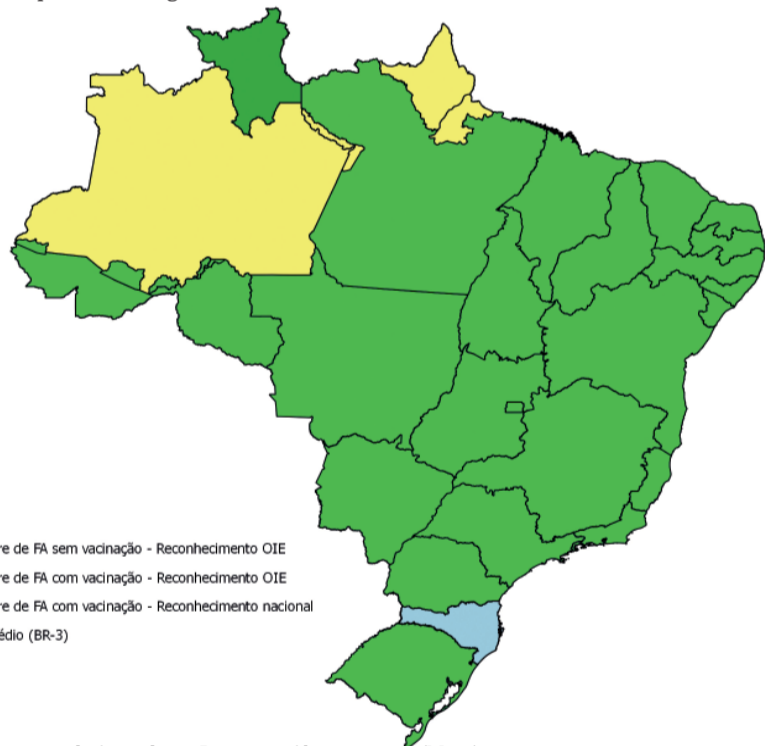
da Febre Aftosa (PNEFA) (*ver serviço*) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Essa mudança vai uniformizar o calendário de proteção do rebanho bovino paulista com o das demais unidades da Federação. Assim, as duas etapas atuais de imunização serão invertidas.

Em maio, o procedimento será obrigatório para todo o plantel paulista, independentemente da faixa etária; em novembro, a segunda dose deverá ser aplicada somente nos animais com até 24 meses de idade. "À exceção de Santa Catarina, haverá vacinação no País inteiro", informa Barrochelo, também diretor do escritório de defesa agropecuária de Aracatuba, um dos 40 da CDA distribuídos pelo território paulista.

Segundo ele, a meta da coordenadoria é retirar, gradativamente, se possível, toda a vacinação no Estado em 2021, adotando para isso medidas preventivas auxiliares como a vigilância sanitária no transporte animal.

Erradicação – Altamente contagiosa e causada por um *aphtovirus*, a febre aftosa obriga o criador a sacrificar toda rês infectada. No Brasil, o último caso registrado foi em 2005; no Estado de São Paulo, em 1996. A transmissão se dá pela saliva, secreções, leite e fezes dos animais doentes e a moléstia acomete bovídeos e biungulados, isto é, quadrúpedes com casco bipartido. O contágio em humanos é raríssimo, contudo, qualquer objeto ou pessoa em contato com as fontes de contaminação pode levar o vírus para outros plantéis.

Rogério Mascia Silveira
Imprensa Oficial – Conteúdo Editorial



FONTE: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)

SERVIÇO

Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA)
<http://www.defesa.agricultura.sp.gov.br>
Manual de Declaração de Vacinação contra a Febre Aftosa
<http://goo.gl/r7opeV>
Resolução SAA nº 55/2017
<http://goo.gl/VH28qh>
Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA/Mapa) – <http://goo.gl/dBwtu6>

Manual do IPT instrui como captar e armazenar água de chuva

Para orientar a população sobre o aproveitamento da água de chuva, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) elaborou um manual que esclarece sobre as boas práticas de captação, armazenamento e utilização doméstica (<https://goo.gl/SMZWvG>). O órgão também produziu uma cartilha com instruções a respeito do manejo emergencial da água usada no banho e na lavagem de roupas (conhecida como água cinza).

O material é útil principalmente no verão, período do ano caracterizado pelo aumento das precipitações. Nesse sentido, os conteúdos abordam os cuidados ao usar a água de chuva, como realizar a coleta e o des-

carte, bem como os principais critérios para armazenar a água cinza, entre outros tópicos.

Técnicas – As cartilhas são direcionadas a situações emergenciais e disseminam técnicas relativamente simples. As orientações respeitam os requisitos que garantem o funcionamento do sistema e, principalmente, asseguram a qualidade da água coletada.

Uma das áreas de atuação do IPT, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado, é o aproveitamento da água em edificações. Com destaque para a reutiliza-

ção, o instituto promove estudos no ramo desde o ano 2000.

As orientações contidas nos manuais têm como base o conhecimento acumulado pelo instituto (<http://www.ipt.br/>) e referências técnicas. Com cerca de 40 laboratórios capacitados e pesquisadores e técnicos altamente qualificados, a instituição atua em diversos segmentos: recursos hídricos, saneamento, meio ambiente, energia, transportes, petróleo, gás, construção civil, materiais, saúde e segurança.

Imprensa Oficial – Conteúdo Editorial
Portal do Governo do Estado

